

# CIDAC



ORGANIZAÇÃO  
NÃO-GOVERNAMENTAL  
DE DESENVOLVIMENTO

**relatório de atividades e contas em 2021**

## **A atividade em 2021...**

2021 foi mais um ano marcado pela incerteza, especialmente com um segundo período de confinamento pouco depois do arranque do ano. Qualquer planeamento parece ser um esforço vão, uma vez que a realidade, apesar de algum grau de habituação aos novos tempos, sempre nos ultrapassa.

Conseguimos, no entanto, realizar muitas das atividades planeadas, em especial, as ligadas a projetos e relançar a dinâmica da Loja, num ano muito especial, em que celebrámos o seu 10.º aniversário!

A atividade geradora de rendimentos, apesar de ainda aquém dos níveis pré-pandémicos, melhorou, destacando-se o regresso dos serviços de Pausa Justa, adaptados às regras e cuidados exigidos pelo contexto.

A relação com entidades e parceiros fora de Portugal, tanto na vertente comercial, como na vertente de cooperação, manteve-se instável. As importadoras de Comércio Justo sofreram as consequências dos atrasos a nível logístico. As importações diretas por parte do CIDAC circunscreveram-se ao Peru, mas corresponderam à nossa tentativa, por um lado, de manter uma relação de longo prazo com os e as artesãos, e por outro, de contornar a diminuição de oferta, em especial do artesanato, por parte das importadoras. De igual modo, e no que respeita ao alimentar, alargámos o espectro de importadoras com quem trabalhamos a uma nova entidade do Estado Espanhol, a Mundo Solidário.

Assinalamos que, no quadro de uma parceria financiada por um mecanismo especial de resposta ao COVID-19, com a organização japonesa PARCIC, foi aberta uma loja-café para comercialização de produtos alimentares transformados, em Dili.

Produtores/as nacionais e internacionais foram paulatinamente aumentando os preços dos seus produtos, devido à escassez de algumas matérias-primas, e como consequência do aumento do custo da energia. Este aumento repercute-se nos preços da Loja, o que nos traz preocupações em relação ao acesso e poder de compra dos/das nossos/as clientes. O equilíbrio entre a justiça económica, que

defendemos, e um acesso não elitista aos produtos oriundos de circuitos de comércio justo torna-se cada vez mais difícil.

As atividades no quadro dos projetos de ED e de Cooperação foram, na sua maioria, implementadas mas, tal como em 2020, minuciosamente adaptadas a um contexto mutável. A relação com escolas foi um foco privilegiado de reflexão e de sistematização, que seguirá em 2022.

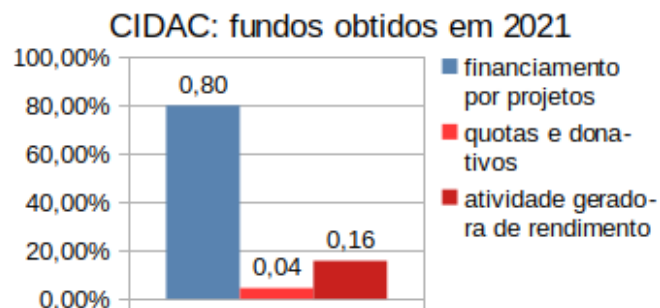
O trabalho colaborativo com coletivos, ONGD e redes e plataformas foi um traço marcante de 2021. Foram várias as iniciativas de organizações e da Plataforma Portuguesa de ONGD voltadas para a influência política no quadro da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, às quais aderimos e promovemos, inclusive, o envolvimento de estudantes da Escola Secundária da Amora num processo de influência política sobre as relações comerciais entre a UE e a China.

A sensação de isolamento provocada pela pandemia somou-se à necessidade já diagnosticada de fortalecer as ligações com sócios/as, voluntários/as e entidades próximas, bem como outras entidades atuantes no campo da Economia Solidária. Procurámos, ao longo do ano, motivar essa aproximação e sentimos, com grande entusiasmo, que podemos contar com as energias, em particular de um grupo estável de voluntários/as e de sócios/as do CIDAC.

A reflexão sobre processos coerentes, consistentes e mobilizadores na Economia Solidária, no cruzamento entre as várias dimensões do trabalho da associação é uma constante. E, apesar de nem sempre ser possível organizar momentos focados nesse esforço reflexivo, cada ação e decisão tomada ao longo do ano, foi permeada por questionamentos dessa natureza. Num contexto de crise multidimensional, falar e trabalhar segundo os princípios da solidariedade e da justiça – económica, política, social, ecológica – afigura-se como um desafio presente e futuro. O localismo, o protecionismo, a relocalização produtiva não são apenas chavões esgrimidos pelos atores políticos. Ouvimo-los nas preocupações da pessoas com quem contactamos diariamente, na Loja, nas escolas... Seguiremos na incerteza, mas convictos/as que a solidariedade local, regional e internacional, é o caminho passado, presente e futuro!

## OE1: Tornar central a atividade comercial solidária

Propomos que a atividade comercial se consolide enquanto forma de cooperação entre o CIDAC, grupos de produção nacionais e internacionais, e outras entidades empenhadas nesta área de trabalho (reforço da cadeia de produção/comercialização), bem como enquanto ponto de partida para o trabalho de sensibilização/informação junto dos diferentes públicos que com ela interagem. Simultaneamente, esta área de atividade deverá ganhar volume de forma a constituir-se numa fonte de autofinanciamento relevante para o trabalho da associação.



A atividade comercial solidária, a economia solidária como um todo, é um norte que procuramos seguir neste quinquénio de 2019 - 2024 e que une as diferentes dimensões do trabalho realizado pelo CIDAC. No que tange concretamente à atividade comercial, 2021 foi um ano de alguma melhoria: as vendas totais, ainda que não tendo chegado ao valor global dos valores pré-pandemia como ambicionado, se comparamos o valor relativo de vendas por dia de funcionamento da Loja este superou o de 2019 em 7,41%.

Recomeçámos os serviços de pausa justa, ainda que com um peso pouco expressivo no total das receitas. Participámos em vários mercados e propusemos, à semelhança de 2020, um catálogo de Cabazes de Natal, cujas vendas tiveram impacto positivo no mês de dezembro.

Esta ligeira recuperação repercutiu-se na repartição de fundos obtidos em 2021. As atividades geradoras de rendimento tiveram um peso de 16% em 2021, um aumento de 4% em relação ao ano passado. Verificamos, no entanto, que o peso do financiamento dos projetos continua a ser substancial. De destacar que, em 2021, conseguimos diversificar o número de financiadores, com um financiamento da Plataforma Portuguesa das ONGD no quadro da Presidência Portuguesa da UE.

Percebemos que a conjuntura específica - e prolongada - provocada pela pandemia, se somou a questões estruturais que temos vindo a diagnosticar, como a diminuição da consciência política face ao consumo e a adesão decrescente ao comércio justo. Sentimos que o CIDAC tem-se tornado um ator isolado neste campo. O que nos tem feito questionar sobre os caminhos a seguir, tanto em termos de auto-definição, como dos atores com quem procurar construir alianças, nunca largando mão dos valores em que acreditamos e que continuamos a defender na nossa prática quotidiana.

Do ponto de vista interno, refletimos precisamente sobre essa prática, sobre o que implica tornar central a atividade comercial numa organização em que essa dimensão tem vindo a ganhar espaço nos últimos dez anos, a par de várias outras dimensões. Concluimos que, enquanto equipa temos que conseguir encontrar rotinas que permitam trabalhar de forma contínua e focada e criar ou procurar mais competências para que a atividade comercial se torne efetivamente central. São pistas que continuaremos a seguir nos próximos anos.

## **Objetivo específico 1.1.: Aprofundamos as relações com os/as produtoras/es e consumidoras/es com quem trabalhamos**

Com quem trabalhamos e com quem queremos vir a trabalhar? Que tipologia de produtos privilegamos? Que critérios nos aproximam ou afastam de determinados grupos de produtores/as? (...)

Que limites podemos ainda explorar no quadro da economia solidária (ECOSOL)? Que relações se podem equacionar entre loja e produtores/as e consumidores/as, para além da compra e venda de produtos? Conhecemo-nos o suficiente para perceber as necessidades de todas as partes? Que compromissos podemos e queremos assumir de parte-a-parte? Que dimensões de uma relação de interdependência se podem identificar e reforçar entre consumidores/as, produtores/as e loja?

Trabalhamos atualmente com 19 produtores/as, artesã/os e organizações produtoras ou comercializadoras nacionais e 13 internacionais, fazendo esforços para manter uma comunicação permanente que nos permita acompanhar as evoluções que vão acontecendo em cada um deles. 2021 foi ainda um ano pleno de limitações no que respeita aos contactos presenciais, razão pela qual continuam em suspenso os planos de visitas aos e às produtoras nacionais, que vemos como necessárias a um aprofundar do conhecimento mútuo. Paralelamente, o ano ficou marcado por um aumento gradual dos preços por grande parte dos/as produtores/as e importadoras com quem trabalhamos, fruto tanto dos impactos da pandemia nos circuitos de logística nacional e internacional, em especial dos produtos para embalagem, como do aumento do custo da energia.

Neste mesmo contexto, e a par de um foco na informação junto dos/as consumidores/as relativa às razões por detrás dos aumentos de preços, procurámos concentrar em momentos de celebração outras atividades com potencial de contribuírem para um aprofundar da relação com consumidores/as.

### ***1. Informação relevante sobre atuais produtores/as e produtos foi recolhida e sistematizada de forma a termos os dados de contexto sobre os quais alicerçar a nossa reflexão e a aumentar a transparência e confiança.***

Tal como em 2020, não foi ainda possível realizar as visitas aos e às produtoras nacionais, para estreitarmos relações e obter mais e melhor informação a transmitir ao público. O décimo aniversário da Loja permitiu, porém, um contacto mais próximo e algum envolvimento de vários produtores/as. Cinco produtores/as nacionais e duas importadoras realizaram pequenos vídeos para marcar esta data.

Em junho, conversámos com uma das artesãs da cooperativa Capuchinhas, na Feira Internacional de Artesanato. Um momento pensado e guiado por perguntas de um grupo de voluntárias da Loja e que surgiu da vontade demonstrada por elas de, justamente, conhecer melhor os/as produtoras.

Continuamos a nossa reflexão interna sobre os desafios tanto no que diz respeito às novas tendências do consumo responsável – mais ligado ao local, ao biológico e menos à solidariedade internacional – como às dificuldades sentidas com algumas importadoras de comércio justo. Preocupa-nos a forma de compatibilizar a manutenção de relações de longo prazo com a necessidade de, estando informado sobre o percurso de cada um dos nossos parceiros, termos as condições necessárias para atempadamente tomarmos as melhores decisões para a viabilidade da atividade da Loja.

Neste quadro, equacionámos princípios, critérios, prioridades e decidimos experimentar trabalhar também com uma nova importadora - Mundo Solidario, situada em Navarra, e que conhecemos através da cooperativa EspaNica. Compramos a esta nova importadora produtos derivados do

cacau e chás que, há alguns anos, tínhamos dificuldade em manter com regularidade na Loja. As novas referências vêm complementar os produtos da Liberomundo, cuja disponibilidade de *stocks* tem sido muito irregular tanto nos produtos alimentares como de artesanato.

Pelo terceiro ano consecutivo, trabalhámos os dados relativos às compras e vendas em 2020, produzindo um documento que enviámos a todos/as os/as produtores/as, fornecedores/as, sócios/as e voluntários/as do CIDAC. Uma parte substancial da informação produzida está afixada em lugar de destaque na Loja e pode ser consultada por todos/as que nos visitam.

## **II. Experimentamos diferentes formas de animação a partir da loja, especificamente dirigidas às/aos consumidoras/es para reforçar a dimensão de socialização e debate e aprendizagem entre diferentes atores.**

As atividades de animação previstas foram, tal como em 2020, coartadas pelas regras relativas à lotação máxima e pelo período de confinamento que marcou o início do ano<sup>1</sup>.

Os principais momentos de mobilização foram o Dia Mundial do Comércio Justo e a celebração dos 10 anos da Loja de Comércio Justo.

O Dia Mundial foi celebrado, como habitualmente, no segundo sábado de maio. Durante este dia contámos com a presença de 11 jovens embaixadores e embaixadoras do Comércio Justo da Escola Secundária de Amora e 3 professores/as. Os e as jovens, que trabalharam nos meses anteriores o tema dos Direitos Humanos no comércio justo, explorando em particular as violações dos direitos humanos do povo Uigure, na China, procuram sensibilizar transeuntes e clientes da loja de Comércio Justo sobre a cumplicidade das multinacionais dos setores têxtil, das telecomunicações ou da indústria automóvel que beneficiam do trabalho forçado desta população. A equipa de jovens embaixadores/as dinamizou também uma prova de produtos de comércio justo no bairro.

Os festejos do 10.º aniversário da Loja desdobraram-se em dois momentos. Um a 27 de novembro, num lanche em que conviveram voluntários/as, sócios/as e amigos/as do CIDAC. Nesta tarde, houve também oportunidade de conversar com Emilio Fernandez da associação Ichimay Wari (Peru), via Zoom, sobre a história e sobre o presente deste grupo de artesãos/os peruanos. No dia 29 de novembro, o dia em que se completaram 10 anos de abertura, contámos com a presença de sócios/as, voluntários/as, pessoas e entidades próximas, bem como da Junta de Freguesia de Arroios, para um brinde e para uma alegre confraternização.

De salientar o destaque dado por três órgãos de comunicação social ao evento (Esquerda.net, Sete Margens e Jornal MAPA) e a realização de um vídeo comemorativo, por parte da equipa do CIDAC.

### **Objetivo específico 1.2.: Aumentamos as vendas por via da diversificação de formatos e espaços**

Como descentralizar a venda de produtos de Comércio Justo, ultrapassando limitações do quadro legal, de formalização das relações entre atores diferentes, de custos de transporte? Como passar de ações pontuais (como são atualmente as bancas) a um relacionamento de mais longo prazo? Como se podem dar passos no sentido de ultrapassar o foco no nível de consumo estritamente individual que temos desenvolvido, passando para uma lógica de consumo coletivo e/ou institucional?

---

<sup>1</sup> Durante todo o período normal de abertura, a Loja funcionou num horário normal de 8h30m nos dias úteis e mais 4h ao sábado, com uma lotação máxima autorizada de 2 pessoas em simultâneo.

Em 2021 foram retomadas algumas linhas de trabalho anteriores, nomeadamente os serviços de Pausa Justa ou as bancas em escolas, que estiveram paralisadas durante 2020, e paralelamente, foram trabalhados novos formatos como a venda a granel ou as vendas domiciliárias.

O ligeiro aumento das vendas realizadas (13,61% face a 2020) decorre mais do funcionamento regular da Loja do que da adoção de outros modelos e formatos. Ainda assim, deram-se passos relevantes nesta matéria, mesmo que a título de experimentação, e nem sempre com os resultados que ambicionávamos. Os dados e experiências recolhidas em 2021 suportam a reflexão e adaptação – quando necessário – dos caminhos a percorrer, e é nesse sentido que teremos de aprofundar/estender esta experimentação e sistematização de aprendizagens.

### **I. As rotinas de gestão e de funcionamento da loja são renovadas e operacionalizadas para diminuir a incerteza de “como fazer” e aumentar a eficiência (< peso das tarefas administrativas + informação “automática” = > capacidade de avaliação/decisão).**

2021 foi um ano de consolidação nesta matéria, sem introdução de novas formas de fazer. A experiência leva-nos no sentido de equacionar os benefícios que poderiam advir de uma dedicação mais focada e menos dispersa da equipa, não só às atividades da Loja mas às atividades geradoras de rendimento com um todo. Uma maior concentração, do ponto de vista dos tempos dedicados, bem como das pessoas envolvidas, surge como um caminho potencial no sentido de aumentar a capacidade de aprendizagem institucional necessária na fase atual.

### **II. Clarificamos quadros legais, de procedimentos e os custos de outras formas de venda (venda a granel e consignação) para conhecermos as oportunidades e constrangimentos de outras formas de venda. Reforçamos o enquadramento do serviço de Pausa Justa em termos de cumprimento de normativos legais, estrutura de custos e apresentação permitindo-nos promovê-lo junto de potenciais clientes de forma mais sustentada.**

Como previsto, estudámos a logística necessária à venda a granel e os custos dela decorrentes, comparando-os com o nível de vendas anuais – dos últimos 4 anos - de produtos com potencial para serem vendidos neste formato. Face a essa comparação decidimos não investir, por enquanto, nesta vertente, uma vez que os custos superam o nível previsível de vendas. Acresce ainda a dificuldade em ter um stock regular de alguns destes produtos ao longo do ano. Voltaremos a equacionar este formato quando um dos 3 fatores de viabilidade se alterar (< investimento, previsibilidade de aumento de vendas de um ou mais produtos e/ou maior estabilidade de stocks, nomeadamente de leguminosas).

Foram realizadas 8 bancas exteriores. Em maio, participámos na 1.<sup>a</sup> edição do Almada Green Market, participação que repetimos em julho, num total de 3 dias. Tal como planeado, experimentámos outros mercados, durante o verão, os chamados “Mercados de Bairro”, em Lisboa. Fizemos 4 dias de bancas, na Alameda e no Bairro Azul. Estas bancas não tiveram a repercussão financeira esperada, tendo em conta as vendas e os custos associados (inscrição, deslocações e horas de trabalho), pelo que iremos repensar esta atividade, e tentar identificar outros mercados que possam ser mais viáveis. Em outubro, à semelhança do ano passado, tivemos uma banca no Mercadumundu, promovido pelo festival UMUNDU Lx<sup>2</sup>. Em várias destas bancas, contámos com o apoio de voluntários/as do CIDAC.

Por iniciativa própria, foram realizadas 3 bancas auto-geridas em escolas da área metropolitana de Lisboa.

No segundo semestre, retomámos os serviços de Pausa Justa. Foram 8 no total os serviços prestados, dois deles com adaptação na

2 O Umundu Lx – festival coletivo para a transformação sustentável teve lugar em Lisboa, entre 4 e 5 de outubro de 2021, em formato presencial e virtual,. Foram cerca de uma centena de eventos organizados por diferentes organizações e coletivos, tocando vários aspetos da sustentabilidade.

apresentação (bolachas e fruta disponibilizadas em caixas individuais) e em todos com reforço da equipa, para permitir maior fluidez e evitar que os/as participantes nos eventos se servissem diretamente. O desafio no relançamento desta atividade foi a necessidade de encontrar um formato que garantisse maiores condições de segurança (em resposta ao contexto pandémico), mantendo o nível de custos próximo do serviço regular.

Experimentámos uma nova modalidade de venda, a venda domiciliária. Propusemos a pessoas próximas um sistema de consignação de um pequeno *stock* de produtos (café e açúcar), responsabilizando-se pela sua comercialização no seio dos seus círculos pessoais ou profissionais. Uma ex-voluntária tentou este formato, tendo vendido perto de metade do stock entregue. Teve, porém, alguma dificuldade neste processo. Apesar de ter sido uma experiência circunscrita, iremos avaliar à sua luz se valerá a pena prosseguir com este formato de vendas.

A montagem da loja *online* prosseguiu, em parte com o apoio de uma jovem estagiária, mas não foi ainda possível finalizá-la de modo a estar disponível ao público.

Reproduzimos a experiência de 2020 relativa aos cabazes de Natal. Este ano antecipámos a sua divulgação com o intuito de assegurar pré-encomendas e chegar a um público mais abrangente. Contámos com o apoio de duas voluntárias na reelaboração do catálogo e com a ajuda de um grupo de sócios/as na sua divulgação. Tivemos pelo segundo ano um encomenda de cerca de 120 cabazes, o que contribuiu significativamente para as vendas totais do terceiro semestre.

### ***III. Identificamos grupos de consumo com os quais experimentamos a viabilidade de integrar produtos do Comércio Justo internacional nas suas compras regulares de forma a construir uma proposta de serviços coerente e adequada a ambas as partes.***

No seguimento do evento promovido em 2020, no âmbito do Festival Umundu Lx, e com vista ao fortalecimento dos elos com grupos de consumo e à discussão de formas de consumo, organizámos em conjunto com a Rede Regenerar – Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária, que agrega AMAP (associação para a manutenção de agricultura de proximidade), uma conversa *online* sobre possíveis pontes entre grupos de consumo autoorganizados, focados no apoio à agricultura e produção local / ecológica, e a solidariedade com agricultores/as e produtores/as de outros países. Participaram na conversa pessoas de AMAP, de uma cooperativa portuguesa e de uma cooperativa espanhola. No final do evento, sentiu-se necessidade de promover mais debates sobre esta temática, incluindo produtores/as do “sul geopolítico”. No entanto, nenhum/a dos/das participantes tomou a iniciativa de organizar eventos consequentes, pelo que fica uma vez mais do lado do CIDAC continuar a fomentar este debate.

Ao longo de 2021, fomos aproximando da cooperativa integral Rizoma, com sede em Lisboa. Fomos conhecer a loja da cooperativa, trocando experiências e preocupações e vontade de colaboração. A partir desta aproximação, realizámos uma encomenda conjunta à cooperativa EspaNica, replicando o que já temos feito com a cooperativa Minga.

Ainda no seguimento do evento da primeira edição do Festival Umundu Lx, e no quadro dos 10 anos da Loja, fizemos uma conversa em volta de uma chávena de café EspaNica com alguns elementos do grupo de consumo Bela Rama.

Estas aproximações são positivas sobretudo no sentido do estreitamento de laços, da perceção de outras realidades, mas têm tido pouco impacto, até agora, em termos comerciais.

### **Objetivo específico 1.3.: Temos capacidade de importação direta**

Mesmo dentro dos circuitos de Comércio Justo, a opção por maiores escalas resulta numa efetiva exclusão de pequenos/as produtores/as. No caso do artesanato, este fenómeno associa-se a outras dimensões, como a imposição da adaptação dos produtos aos gostos do mercado ocidental, por oposição a uma produção com significado cultural, ou a efetiva diminuição de vendas em resultado da diminuição acentuada do número de lojas de comércio justo (em parte, substituídas pela grande distribuição que não vende artesanato mas apenas produtos alimentares).

Qual a viabilidade de uma linha de trabalho de importação em pequena escala, (...). É-nos possível contribuir para a sustentabilidade de modos de produção artesanal fortemente enraizados nas culturas locais, contrariando as lógicas de adaptação aos mercados ocidentais?

O artesanato tem desaparecido gradualmente dos circuitos do comércio justo internacional. As condicionantes logísticas que se fazem sentir desde o início da pandemia, vieram agudizar este quadro. Por exemplo, a cooperativa Liberomondo não tem conseguido fazer chegar a Itália a cestaria do Bangladesh desde 2020. Com a impossibilidade de importação de artesanato da Guiné-Bissau, Peru e Timor-Leste, em 2020, a oferta destes produtos na Loja diminuiu.

Por considerarmos fundamental continuar a apoiar os e as artesãos e, deste modo, manter o equilíbrio entre artesanato e alimentar, começámos a proceder a pequenas importações diretas, em 2018 e 2019. Em 2021, pretendíamos importar produtos de artesanato dos 3 países, mas só foi possível fazê-lo com o Peru. Sabemos que a viabilidade das importações estão afetadas pelo contexto, mas percebemos a fragilidade destas operações, olhando até para estruturas maiores de importação como a referida Liberomondo. Continuaremos a tentar prosseguir com esta linha de trabalho, uma vez que a segunda experiência com o Peru foi bastante exitosa, mas sentimos que estamos ainda a tatear um terreno onde temos muito a aprender.

#### **I. Testamos a venda na loja dos produtos de panaria guineense para sistematizar a reação do público sobre aspetos como a tipologia de produtos, a qualidade, o preço e as organizações produtoras.**

Não foi possível realizar uma nova importação de panaria da Guiné-Bissau. As dificuldades sentidas são de variada ordem, desde as questões logísticas à situação dos nossos parceiros locais.

Deste modo, e porque desejamos continuar a relação histórica do CIDAC com este país, e tal como já antevíamos para 2021, procurámos outros interlocutores com quem temos longa experiência de cooperação, como é o caso da Tiniguena. Fizemos uma reunião de trabalho com o diretor da organização explorando possíveis iniciativas conjuntas centradas na soberania alimentar e no apoio à produção agroalimentar local. A concretizar-se, levará à alteração desta ação não mais orientada para a importação direta de panaria, mas para uma relação com produtores/as agrícolas e para o reforço de mecanismos de economia solidária entre eles/as.

#### **II. Damos *feedback* em Timor-Leste da experiência de 2018 e realizamos uma segunda experiência em contexto real para termos os dados necessários à decisão sobre a viabilidade desta atividade no longo prazo.**

Também a experiência de importação de artesanato de Timor-Leste não pode ser replicada tendo em conta, por um lado, a impossibilidade de estarmos presencialmente com os/as produtores/as (fator que ainda é fundamental nesta fase) e, por outro, a limitação extrema das opções de transporte e conseqüente aumento de custos associados.



O espaço de trabalho previsto nesta matéria, em parceria com o FONGTIL e a Natureza, em Timor-Leste, no quadro do projeto ECOSOL, ficou também suspenso por limitações dos parceiros locais.

### **III. Sistematizamos a experiência de exportação direta por parte dos/as produtores/as de artesanato peruanos com recurso ao mecanismo Exporta Fácil de forma a verificar a viabilidade deste meio na manutenção de uma relação direta e regular, nomeadamente com o CIAP.**

Com base na experiência de 2019, fizemos uma segunda encomenda à organização de artesã/os peruanos Ichimay Wari. Para colmatar a diminuição de peças que nos chegam via Liberomondo, em particular de artigos alusivos à época natalícia, decidimos adquirir mais produtos tanto de lã como de terracota, redobrando o valor da encomenda anterior. Por ultrapassar os parâmetros do mecanismo de exportação-importação simplificado disponível em vários países da América Central e do Sul (“Exporta Fácil”), e que utilizámos há dois anos, foi seguido o formato convencional, com recurso a um despachante para ultrapassar os trâmites de alfandega. A experiência foi positiva e, em comparação com a experiência anterior, significou até uma redução dos custos totais da importação.

Registámos os elementos principais deste procedimento, de modo, a conseguirmos juntar, de forma cumulativa, informação útil e reproduzível para encomendas futuras.

## **OE2: Sensibilizar, informar, formar**

propomos centrar-nos, nos próximos anos, no fortalecimento de processos educativos de longa duração em escolas específicas, na área metropolitana de Lisboa, colocando em diálogo a ED/ECG com a economia solidária e o comércio justo. Propomo-nos também revisitar mecanismos e percursos pretéritos de sistematização do conhecimento, bem como manter a regularidade do ciclo: experimentação, reflexão/aprendizagem, consolidação dos conhecimentos adquiridos, e processos de in/formação e sensibilização.

Os processos educativos num número de escolas circunscrito e a sistematização de conhecimentos e aprendizagens, que daí decorrem, constituíram-se como focos desta linha de trabalho, em 2021. Centrarmo-nos em escolas específicas é um desiderato deste quinquénio, que tem origem em reflexões sobre processos anteriores, mais focados em professores/as e educadores/as e menos nas comunidades escolares, como um todo.

A experimentação de novas estratégias implica analisá-las e repensá-las recorrentemente. Os dois últimos anos, atípicos, trazem elementos conjunturais que poderão enublar a reflexão em torno da relação com as escolas, mas no cômputo geral, parece-nos ter reunido um conjunto de constatações a partir da nossa experiência, que são de algum modo confirmadas pelas sessões e conversas com atores escolares de outras localidades, contactados no âmbito de um novo projeto de ED.

Apesar de recuperadas as atividades presenciais, parte significativa do ano foi ainda vivida “a distancia”, o que continuou a condicionar a intervenção desenvolvida. Neste quadro, esforçámo-nos por criar um espaço de reflexão partilhada sobre os impactos do digital de um ponto de vista da ED/ECG, que não vemos como apenas positivos.

## **Objetivo específico 2.1.: Enraizar práticas de ED/CG nas escolas a partir da ECOSOL**

Que formatos queremos seguir no trabalho com as escolas? (...) como chegamos a toda a comunidade escolar? Como envolvemos professores/as e estudantes em atividades extra-curriculares face à carga curricular existente? Como evitamos transformarmo-nos em mais um prestador de serviços ou num indutor de projetos (...) Como continuar a construir processos coletivos, em redes e outros espaços, considerando a heterogeneidade de entendimentos de EDCG? Como transformamos os conhecimentos que vamos adquirindo nas nossas práticas, (...) em informações passíveis de serem trabalhadas com e nas escolas?

Para além da conjuntura, ao analisarmos os quatro últimos anos de trabalho continuado com escolas na Área Metropolitana de Lisboa – Escola Secundária José Gomes Ferreira e Escola Secundária do Seixal – identificamos aspetos positivos e negativos. Se por um lado a intensidade e o foco num grupo restrito de escolas nos tem permitido obter uma visão mais realista de cada escola e entender melhor como o sistema educativo é vivido em cada uma delas, por outro, percebemos melhor as limitações de uma intervenção como a que ensejamos, de natureza mais transversal.

Na sequência da experiência do ano anterior, 2021 levou-nos por dois caminhos paralelos, por um lado completámos e partilhámos o processo de sistematização que se havia iniciado em 2020, relativamente ao espaço para a ED/ECG em contexto não-letivo, e por outro, mantivemos a intervenção em contexto de sala de aula, numa resposta assumida ao desejo expresso pelas próprias escolas. No quadro dos projetos em curso, houve uma opção pela produção de recursos em formato digital.

Tal como fica expresso no documento de sistematização realizado, o peso incontornável da vontade e da sensibilidade de professores/as “carolas”, que mais ou menos (des)motivados face ao “sistema”, levam avante atividades – em parceria ou não com organizações da sociedade civil (OSC) – marcantes para os e as estudantes, bem como a existência de um financiamento específico, são fatores (entre outros) com que teremos de contar na nossa interação – presente e futura - com as escolas. Na ausência destes professores/as e/ou de financiamento próprio para as atividades, essa interação retrai-se e pode até desaparecer. Com estes dados na mão, poderemos, por um lado, procurar dialogar com os diversos atores escolares e, por outro, equacionar como prosseguir o trabalho educativo nas escolas de modo a garantir processos mais consistentes no tempo.

Com o término de um projeto no decurso de 2021 – “Escola Ecosistema” – e com a antevisão do término do outro projeto com escolas em 2022 – “Jovens Embaixadores do Comércio Justo” coloca-se, precisamente, a questão das condições para a continuidade desta linha de trabalho.

### **I. Mobilizamos os diferentes atores da comunidade escolar, num número restrito de escolas para aprofundar o interconhecimento com as escolas**

Após um arranque esperançoso do ano letivo 2020/21, as vicissitudes da pandemia rapidamente se fizeram sentir, desde os vários períodos de quarentena das turmas ao confinamento vivido entre janeiro e março. Nesse período foi possível continuar as atividades apenas com a Escola Secundária da Amora (Seixal). As duas outras escolas: Escola Secundária José Gomes Ferreira (Lisboa) e Escola Secundária Fernão Mendes Pinto (Almada), foram colocando entraves à intervenção a distancia dos projetos que decorriam em ambos os estabelecimentos, de modo que só foi possível reiniciar as atividades previstas entre abril e maio. Com a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto não foi de todo possível retomar a interação iniciada em 2019.

No quadro do projeto “Escola Ecosistema” trabalhámos com uma turma de biologia do 11.º ano, em sessões quinzenais, que gradualmente se foram tornando semanais, com o objetivo de criar uma sementeca na Escola. Os e as alunas experimentaram germinar sementes; realizaram

pesquisas; desenharam um logótipo e idealizaram um nome para a sementeca; criaram etiquetas, uma ficha de registo, uma base de dados e cartazes de divulgação; decidiram sobre o formato de organização da sementeca e iniciaram uma página de Instagram e um site onde irão colocar o catálogo com as plantas existentes. A sementeca desdobra-se em dois dispositivos: uma estante com sementes, na biblioteca escolar, e duas pequenas sementecas móveis, que poderão ser utilizadas em sala de aula. Em conjunto com as professoras ligadas ao projeto, adquiriu-se uma casa-abrigo e uma estufa para atividades futuras ligadas às sementes e à agricultura em geral. Finalizámos este ciclo num picnic ao ar livre com os e as jovens e a sua professora, na última semana de aulas.

No quadro do projeto “Jovens Embaixadores do Comércio Justo”, mantivemos as nossas sessões regulares com as duas escolas secundárias associadas, integradas no dispositivo de co-financiamento (*sub-granting*) gerido pela Plataforma Portuguesa das ONGD através do Projeto europeu “Por uma Europa aberta, justa e sustentável”, centrando a intervenção na problemática dos Direitos Humanos no quadro do Comércio Internacional, através do caso específico do Povo uigure. Várias atividades de sensibilização foram organizadas, como o Dia Mundial dos Direitos Humanos em que os/as Jovens Embaixadores/as do Comércio Justo da Escola José Gomes Ferreira organizaram, juntamente com o CIDAC, uma palestra dedicada às relações entre Direitos Humanos e Comércio Justo. Ao longo de 2021, realizamos no quadro desta linha de ação um total de 52 sessões.

Concluindo um ciclo de 3 anos das “Oficinas Paz e Cidadania Global”, iniciativa da Câmara Municipal do Seixal que junta diversas organizações da sociedade civil e escolas deste concelho, o CIDAC integrou a organização do encontro final, no qual se revisitou coletivamente o caminho percorrido e se pensou o futuro desta linha de trabalho. Professores/as, estudantes e organizações foram unânimes na necessidade de se aprofundar a dimensão de ação, nomeadamente fora da escola, no seio da comunidade ou do tecido associativo local.

**II. Prosseguimos as colaborações de carácter pontual em escolas, em especial, em resposta a solicitações destas para termos contacto com a heterogeneidade patente nas escolas, com ela interagir e para chegarmos a um público mais amplo, mesmo que em interações pontuais.**

Os pedidos para realização de sessões e bancas, por parte de escolas diminuíram consideravelmente, já que o espaço na escola para atividades não letivas foi globalmente muito reduzido. Por outro lado, três listas para associações de estudantes de três escolas de Lisboa solicitaram apoio institucional do CIDAC às suas candidaturas. Uma delas, que venceu as eleições na Escola Secundária de Camões, propôs a realização de uma sessão sobre justiça económica com turmas do 10.º ano, que se realizou na biblioteca da escola.

### **Objetivo específico 2.2.: Sistematizar e divulgar conhecimento**

Como construir conhecimento / teoria a partir da experiência de forma regular que vá além da informação sobre as nossas atividades? Como construir conhecimento a partir da análise do nosso contexto? Como inscrever essa construção de conhecimento em processos de (auto)formação? Como tornar a sistematização parte da rotina (interna e com outros) do CIDAC? Como materializar a reflexão e o conhecimento em instrumentos que afirmem o nosso posicionamento face ao contexto, a temas específicos, à atualidade? Quais os instrumentos e mecanismos mais adequados para chegar a públicos alargados, ou seja, para comunicar?

O foco principal da reflexão interna e com outros, em particular com a organização com quem mais temos trabalhado no campo da ED, a FGS, deste ano foi a ED-ECG em meio escolar. Terminámos a sistematização de aprendizagens no quadro do projeto “Escola Ecosistema”, que condensou as visões nossas e dos atores com quem trabalhamos, sobre o lugar que os espaços não-letivos ocupam e o que representam para estudantes e professores e a relação, geralmente intermediada por projetos, entre Escolas e OSC. E iniciámos um processo de 2 anos de

levantamento de experiências sobre o Referencial ED em meio escolar, que buscará complementar e enriquecer a sistematização de conhecimento nesta área, no prisma que ambas as organizações comungam sobre a ED-ECG. Como acima assinalado, este trabalho analítico alimenta/rá as estratégias de intervenção com as escolas (objetivo 2.1).

No que concerne à produção de informação e comunicação, uma vez mais, a realidade levou-nos a repensar e a reelaborar os formatos mais adequados. O digital foi-se naturalizando no espaço educativo formal, não formal e informal. A necessidade de nos adaptarmos, conduziu-nos à produção de materiais neste formato e à realização de vários eventos *online*, não sem nos questionarmos sobre o que ele implica em termos económicos, sociais, culturais e políticos. A propósito de um dossier especial da revista da organização belga ITECO – a revista Antipodes – que recenseamos no número de fevereiro do Correio Mensal do CIDAC, propusemos ao Grupo de Trabalho de ED da Plataforma Portuguesa das ONGD, lançar um processo reflexivo sobre este tema para as organizações. Não tendo sido possível realizá-la neste quadro, a digitalização e a ED foram o tema da edição deste ano das Jornadas ED.

### **I. Revemos instrumentos de reflexão e de análise da realidade já utilizados; identificamos outros instrumentos, pensamos em temporalidades e cadências para momentos de reflexão para visualizarmos processos realistas de reflexão e sistematização.**

Foram produzidos dois recursos educativos em formato vídeo e *online*: um vídeo – “Algodão Agri-doce” – sobre o povo Uigure na China e a violação dos Direitos Humanos, cujo texto foi elaborado pelos/as alunos/as da Escola Secundária José Gomes Ferreira e que complementa a petição enviada à Presidência Portuguesa da UE elaborada pela Escola Secundária de Amora; e um recurso online, composto também por um vídeo, sobre investigação-ação, que agrega a explicação desta abordagem político-pedagógica com exemplos práticos oriundos da formação e dos trabalhos realizados pelos/as professores/as participantes no projeto “Escola Ecosistema”. Ambos os recursos foram amplamente difundidos e esperamos que sejam utilizados pelo público escolar.

Como anteriormente referido, em parceria com a FGS e as duas escolas que participaram no projeto “Escola Ecosistema”, fizemos um percurso de mais de um ano durante o qual juntámos informação decorrente dos três anos de trabalho com estes estabelecimentos, identificámos dois focos que nos pareceram pertinentes refletir e difundir à luz desta e de outras experiências de ED-ECG em meio escolar, envolvemos os atores escolares nessa reflexão e condensámo-la num documento sistematizador. Os espaços não-letivos, a apropriação por parte das escolas de iniciativas de OSC e o papel destas na comunidade escolar foram os focos privilegiados desta reflexão.

Igualmente em parceria com a FGS deu-se o pontapé de partida a um outro processo que visa beber das práticas de ED-ECG nas escolas, em particular da aplicação do Referencial ED, para alimentar e reforçar a formação inicial e contínua de professores/as nesta vertente. Foi criado um Conselho Consultivo com pessoas e entidades relevantes, que apoiaram a equipa na identificação de iniciativas de ED passíveis de serem envolvidas. A maioria destas iniciativas estão enquadradas na área curricular que atualmente abraça a ED, a Cidadania para o Desenvolvimento. Contactámos e reunimos com professores/as, estudantes, auxiliares, familiares, direções de sete escolas de norte a sul do país. Foram ainda envolvidas OSC e uma edilidade com intervenção em ED em escolas. As sessões (nove até dezembro de 2021) foram pensadas de acordo com a especificidade de cada iniciativa, mas visaram todas reunir elementos relativos ao que potencia e bloqueia a aplicação do Referencial ED, e da ED de forma geral, nas escolas.

Tal como em anos anteriores, integrámos a Comissão Organizadora das Jornadas ED, evento que se realiza anualmente no quadro da Estratégia

Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED). A digitalização tornou-se um tema incontornável no campo educativo, mas pouco discutido no âmbito específico da ED. A III edição das Jornadas ED colocou então este tema no centro dos seus trabalhos. Realizada *online* em novembro, esta edição – cuja gravação está disponível [aqui](#) – contou com 191 participantes e intervenientes oriundos do Brasil, da Guiné-Bissau, de Portugal ou ainda da Bélgica, com um destaque específico para a participação de representantes de organizações juvenis.

No quadro de uma curta intervenção, com a ONG Parcic, em Timor-Leste, visando reforçar as condições económicas de grupos de produtores/as face à crise económica originada pelo contexto sanitário, foram criadas ferramentas de informação e sensibilização da opinião pública sobre a importância da produção local e da soberania alimentar, de modo a estimular práticas de consumo de produtos locais. Esta atividade está diretamente relacionada com a abertura de uma loja-café, na cidade de Dili, para escoamento de produtos alimentares. Realizaram-se 5 vídeos promocionais com uma duração aproximada de 5 minutos cada. Em cada um destes pequenos filmes – divulgados através das redes sociais, procurou-se, justamente, promover um produto disponível da Loja/Café Aroma Timor, por exemplo mostrando formas de o consumir, ao mesmo tempo que se apresentam as suas produtoras.

Ainda em Timor-Leste, continuámos o levantamento e tratamento de dados relativos ao financiamento das OSC locais, em parceria com o FONGTIL, e demos início à realização de momentos de partilha e debate sobre alternativas possíveis. No mês de junho fizeram-se duas edições de uma conversa online com atores locais, nomeadamente o Dr. Antero Benedito, professor e investigador na UNTL, que fez uma intervenção sobre os conceitos de Economia Social e Solidária, passando também sobre as ligações que se podem estabelecer com diferentes práticas que se encontram na cultura tradicional timorense, e de Junko Ito, diretora da ONG PARCIC, que enquadrou o trabalho atual da organização em Timor-Leste na tradição japonesa associada às práticas de Economia Social e Solidária, nomeadamente no movimento cooperativista. As duas sessões contaram com a participação de um total de 62 organizações. No mês seguinte a iniciativa foi repetida, mas com a participação de Agung Alit da Mitra Bali, uma das organizações balinesas com maior experiência no movimento de Comércio Justo. Com o apoio da Natureza, e no quadro do mesmo projeto, elaborámos 2 fichas temáticas sobre mecanismos de financiamento alternativo para OSC e temos em fase de conclusão outras 4.

Tivemos também a possibilidade de partilhar experiências, análises e visões em diversos eventos ao longo do ano. No campo da cooperação, participámos no Fórum da Cooperação Portuguesa e no 2.º Encontro de ONGs de Países de Língua Portuguesa, este último organizado pela ACEP. No campo da ED em meio escolar, fomos convidados a participar na reflexão sobre possíveis estratégias de incidência política nesta área, pela Fundação Gonçalo da Silveira e parceiros do projeto EDxperimentar: Laboratórios de Cidadania Global e Desenvolvimento. No que tange à economia solidária, comércio justo e soberania alimentar, estivemos numa formação para estudantes e professores/as promovida pela Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Económicos Solidários do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; participámos numa mesa redonda sobre soluções para evitar o desaparecimento de variedades locais, no âmbito do Festival Internacional de Ciência, e, no quadro do festival UMUNDU-Lx, como já mencionado, propusemos a continuidade da discussão sobre produção e consumo local e internacional.

## **II. Revemos instrumentos e dispositivos de comunicação já utilizados para avaliarmos o nível de pertinência e adequação ao contexto atual.**

Iniciámos o processo de transição da plataforma de envio de e-mails, que tem apresentado vários problemas técnicos e finalizámos a Política de Privacidade do CIDAC, dispositivo de transparência fundamental para a comunicação digital.

No Centro de Documentação, a leitura presencial continuou condicionada, seguindo as regras anteriormente instituídas: acesso através de agendamento e limite de duas pessoas na sala. O centro esteve aberto entre abril e novembro. Recebemos 11 leitores/as, num total de 19 dias de consulta.

### **III. Mantemos e melhoramos os instrumentos de comunicação (site, newsletter, redes sociais) para divulgarmos regularmente as nossas atividades e atividades de outros relativas aos nossos campos de ação.**

O site do CIDAC e a página de Facebook da Loja de Comércio Justo mantêm-se como formas privilegiadas de informação ao público. A sua atualização é regular.

A newsletter enviada aos e às sócias contou com 10 edições. Para além da informação sobre as atividades realizadas e de textos de reflexão interna, procuramos que seja um dispositivo de mobilização dos/das sócios/as, este ano em particular para o 10.º aniversário da Loja.

## **OE3: Adequação do modelo organizacional aos princípios da Economia Solidária**

(...) propomo-nos encontrar um patamar de máxima coerência possível entre práticas e ideais, revisitando de forma crítica elementos da nossa construção institucional como sejam a base social, o funcionamento associativo ou a nossa relação com outros.

A coerência entre práticas e ideais é um desiderato que procuramos manter como pano de fundo do nosso trabalho. Encontramos, porém, dificuldades em organizar momentos dedicados à reflexão interna, que nos permitam discutir e rever, se necessário, trajetórias, conceitos, etc.. A discussão emerge no quotidiano, nas decisões sobre questões práticas. Nesse sentido, temo-nos deparado nos últimos anos com a necessidade de fortalecer o nosso posicionamento, com outros, no campo da Economia Solidária e do Comércio Justo, mas sem encontrar parceiros/as com quem trilhar estes caminhos. Vamos percebendo que a Economia Solidária e o Comércio Justo são cada vez menos compreensíveis pela sociedade em geral. Não querendo abdicar dos valores que permeiam a nossa ação, notamos porém que talvez seja necessária uma redefinição ou uma outra forma de comunicar o que fazemos.

Na busca da manutenção de relações de longa duração com outros, mantivemos o acolhimento de diversos coletivos na nossa sede e mantivemos a nossa participação nos espaços de trabalho colaborativo em que marcamos presença há vários anos.

Num ano especial - 10 anos da Loja de Comércio Justo! - procurámos mobilizar e agregar sócios/as, voluntários/as e pessoas amigas nas comemorações. Procurámos igualmente cativar um grupo de jovens voluntários/as, uma vez que a renovação da base social é uma preocupação premente de organizações ... de longa duração, como o CIDAC, através do acolhimento das suas propostas de atividades, nomeadamente, de conversas informais sobre comércio justo.

### **Objetivo específico 3.1.: Rever a organização interna**

O que significa ser uma organização de economia solidária a nível dos processos de tomada de decisão, nível e amplitude de remuneração, dos cuidados entre e com as pessoas que a constituem, etc.? A fronteira entre o formal e o informal é um limite, um obstáculo ao aprofundamento do CIDAC como organização de economia solidária? Qual a base social atual do CIDAC? Como envolver outras pessoas? Como envolver mais/melhor os e as voluntárias? Qual a ligação com o território onde estamos? Como comunicamos com os diferentes contextos em que intervimos?

O quotidiano deixa, regra geral, pouco espaço para parámos e olharmos, de modo ponderado e mais afastado, para a forma como trabalhamos. Embora o CIDAC se mantenha uma organização pensante e auto-reflexiva, ao ritmo acelerado do dia-a-dia somou-se a instabilidade e a conseqüente dificuldade em planear. Definimos alguns dias para as discussões internas em torno das práticas e princípios de Ecosol mas não os conseguimos manter. Não deixámos porém de nos questionar, por vezes até enquanto almoçamos, sobre temas que nos vêm preocupando: o que significa hoje ser uma organização de economia solidária? Qual a viabilidade futura da nossa associação, em termos de base associativa e da própria renovação da equipa? Mais do que formular respostas, sentimos necessidade de encontrar problematizações mais claras e focadas, que nos façam chegar à raiz dos problemas.

### **I. Percebemos as vantagens e desvantagens do quadro legal associativo e potencial de adequação à ECOSOL para encontrar a melhores vias de conciliação entre os dois modelos.**

Não foi possível trabalhar sobre esta dimensão durante o ano.

### **II Experimentamos e iremos avaliando as práticas da equipa: horizontalidade; formalidade/informalidade; participação e níveis de trabalho individual para consolidar, na prática, a coerência do nosso modelo.**

Ver ponto seguinte.

### **III. Identificamos práticas complementares (a inserir no regulamento interno) que reforcem o funcionamento solidário para suprir as lacunas legais nos domínios mais qualitativos da vida associativa.**

Demos seguimento ao conjunto de práticas iniciadas em 2020. As reuniões de “despacho”, espaço de informação e decisão rápida, foram regulares e as reuniões específicas, marcadas quando necessárias. Nestas tratamos, regra geral, dos projetos em andamento, de assuntos de direção e de temas ou questões que queremos aprofundar. Estas duas modalidades têm permitido equilibrar o trabalho individual com o trabalho e uma visão compartilhada, ao nível de equipa, nas várias vertentes de intervenção do CIDAC.

Em relação à distribuição do trabalho dessas mesmas vertentes, a entrada de uma quarta pessoa significou um reforço para a equipa. No entanto, continua-se a sentir alguma dispersão e uma mobilização considerável da equipa no atendimento da Loja.

De salientar que, para além do momento de avaliação e planeamento no início do ano, realizamos uma avaliação e re-planeamento intermédios em setembro.

### **IV. Promovemos: o envolvimento de outras pessoas além da equipa assalariada; a experimentação de outros formatos de trabalho (grupos de trabalho, equipas temporárias,...); a criação de grupo de consumo interno que possibilite outras formas de circulação (troca, etc.) para gerar uma dinâmica endógena e ganhar maior capacidade de intervenção.**

A equipa de voluntários/as tem-se mantido, desde o primeiro desconfinamento em 2020, com ligeiras alterações. Com o surgimento de um grupo de voluntários/as jovens, na sua maioria universitários/as, agarrando as possibilidades do formato *online* e indo ao encontro de uma

necessidade por eles/elas expressa, propusemos fazer conversas informais aos sábados à tarde sobre temas que lhes interessassem. Foram 4 os encontros temáticos, entre janeiro e abril, que versaram sobre cooperativismo, importadoras do comércio justo, produtores/as locais e internacionais. O grupo pensou em algumas ações a levar a cabo na Loja, como recolha de testemunhos em vídeo, mas com o desconfinamento, os ritmos da vida tomaram outros rumos e o grupo desmobilizou-se. Algumas das jovens estiveram envolvidas no lançamento da campanha dos cabazes de Natal.

Igualmente envolvidos/as nesta campanha, esteve um grupo de sócios/as cujo empenho foi fundamental para a divulgação desta iniciativa, bem como para a organização e divulgação dos 10 anos da Loja, nomeadamente junto da comunicação social.

À diferença dos anos anteriores, acolhemos novamente um estágio no âmbito do EuroYouth durante o mês de julho, orientado para o atendimento em loja e para a preparação de conteúdos para a loja *online*.

#### **V. Promovemos espaços de formação técnica e temática da equipa para alimentar a nossa intervenção com novas abordagens.**

Ao longo do segundo semestre, recomeçaram gradualmente os eventos presenciais a par da manutenção dos eventos em formato *online*. Participámos em 14 momentos formativos - grande parte durante o confinamento - vários deles dedicados às questões da soberania alimentar, dos circuitos curtos e da agricultura familiar, promovidos pela Plataforma Alimentar Cidades Sustentáveis, entre outras entidades; aproveitamos diversas oportunidades de formação proporcionadas pela PPONGD, centradas na cooperação e no desenvolvimento, como a III Edição do *International Development Summer Course*, e em questões mais específicas como o financiamento das ONGD e o Código de Conduta produzido pela Plataforma e a ser aplicado futuramente pelas ONGD. Participámos ainda em eventos dedicados à justiça climática e à solidariedade internacional.

A visita de estudo à Xarxa de Consum Solidário, em Barcelona, no quadro do programa *Pair Up* da PPONGD em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, continuou em *stand-by*, devido às restrições no primeiro semestre e a questões de agenda, no segundo semestre.

#### **Objetivo específico 3.2.: Reforçar espaços de trabalho colaborativo**

A intervenção do CIDAC sempre se inscreveu numa lógica de complementaridade com outros, (...). Que oportunidades e fragilidades decorrem destes diferentes modelos de organização? (...) Que cruzamentos podem surgir a partir desta proximidade de entidades com diferentes campos de atuação? Que capacidade para fomentar estes cruzamentos (...) que represente uma intervenção com os outros? Como se cria um verdadeiro interconhecimento entre estas realidades?

Os espaços de trabalho colaborativo em que mantemos um envolvimento de alta intensidade são, como em anos anteriores, a PPONGD e a Comissão de Acompanhamento da ENED, por serem espaços de construção coletiva e de concertação, o primeiro no setor em que nos inserimos e o segundo, enquanto espaço privilegiado de monitorização e implementação da ED com múltiplos atores.

Continuamos a apoiar os coletivos que habitualmente acolhemos, embora sem aprofundar discussões que nos parecem pertinentes sobre outras formas de complementariedade e criação de cruzamentos reciprocamente positivos.

Associámo-nos a uma série de iniciativas (petições, manifestos, entre outros) de alguns destes coletivos, como a petição da Plataforma TROCA sobre o Tratado da Energia (TCE), e de outras entidades próximas, como a FGS e o GRAAL, na sua reivindicação pelo Direito ao Lugar; ou a



UMAR, na discussão sobre as condições laborais de trabalhadoras/es em OSC. Juntámo-nos também à iniciativa conjunta de várias ONGD relativamente aos confrontos e à situação humanitária vivida em Cabo Delgado (Moçambique). Associámo-nos e divulgámos as iniciativas de apoio à crise humanitária vivida em Timor-Leste, provocada pelas cheias, em abril de 2021.

### **I. Garantimos capacidade de acolhimento físico no CIDAC de iniciativas cidadãs com trabalho regular e facilitação de acesso a serviços (bancários, morada postal, gestão financeira, ...) com vista à criação de condições de trabalho para grupos informais.**

O CIDAC manteve o acolhimento físico dos coletivos, sempre que as condições pandémicas o permitiram. Climáximo, AAPSO e Rede de Decrescimento voltaram a reunir, com diferentes cadências. Outros coletivos, como a Rede de Inclusão e a TROCA, por seu lado, mantiveram as suas reuniões em formato remoto.

Continuamos a apoiar administrativamente Plataforma TROCA - entidade sem personalidade jurídica - gerindo, em estreita colaboração com os seus membros, um financiamento da *Funders for Fair Trade Foundation*, para atividades de monitorização dos tratados comerciais e do Tratado da Energia, no âmbito da Presidência Portuguesa da UE.

### **II. Participamos e avaliamos regularmente a pertinência da participação do CIDAC nas redes setoriais das quais somos membro, nacionais e internacionais, nomeadamente PPONGD, Rede ECG e GENE, e associamo-nos a um coletivo temático ligado à ECOSOL de forma a acompanhar a informação/reflexão produzida e participar na construção coletiva.**

O CIDAC mantém-se no Conselho Fiscal da PPONGD e mantém uma participação ativa no seio da Plataforma, não só nas atividades que esta promove como com contributos para os posicionamentos da mesma, sempre que, enquanto associada, assim nos é solicitado. Este ano foi particularmente mobilizador, devido à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Continuamos também a acompanhar, via PPONGD, o processo de elaboração da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2021-2030 e o Peer Review do CAD/OCDE à Cooperação Portuguesa.

Em outubro, recebemos a visita da direção e do secretariado da Plataforma, no quadro das visitas às associadas. Esta iniciativa visa aproximar os órgãos executivos das ONGD membro, identificar e discutir necessidades; discutir a ação da Plataforma e colher sugestões por parte das associadas.

Relativamente ao GENE - Global Education Network Europe, participámos na 44.<sup>a</sup> Mesa Redonda, a terceira em formato *online* e acompanhámos a celebração do 20.<sup>o</sup> aniversário desta rede.

Não foi possível associarmo-nos a nenhum coletivo de Economia Solidária.

Continuamos a apoiar a campanha “Empregos para o Clima”, do Climáximo, com um envolvimento de baixa intensidade. Participámos na reunião interna anual da campanha e acompanhámos a elaboração da segunda edição do manifesto-estudo que sustenta esta iniciativa.

### **III. Mantemos a participação regular na Comissão de Acompanhamento da ENED (prevista até 2022) enquanto contributo para a co-construção deste espaço de política pública na área da ED.**

A participação na Comissão de Acompanhamento da ENED, tal como nos anos interiores, implicou um forte envolvimento, tanto em termos de reuniões como de atividades. Este ano, para além da organização das Jornadas de ED referidas acima, assinalamos o desenvolvimento de um dispositivo de financiamento para pequenos projetos, aberto às ESPA – Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED. Foram realizadas 19 reuniões da Comissão de Acompanhamento e 3 reuniões com o conjunto das ESPA.

## Atividades de suporte

Em 2021, encerrámos dois projetos e elaborámos duas candidaturas, uma à linha de cofinanciamento do CICL para projetos de ED, que não foi aprovada, e outra ao mecanismo de financiamento de intervenções específicas também desta instituição. Esta última, que visa aprofundar o trabalho do CIDAC no campo do Comércio Justo, obteve aprovação.

	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
<b>PROVEITOS TOTAIS</b>	<b>162 390,75</b>	<b>127 464,73</b>	<b>153 969,19</b>
<b>CUSTOS TOTAIS</b>	<b>161 219,80</b>	<b>134 107,65</b>	<b>153 490,52</b>
<b>RESULTADO LIQUIDO</b>	<b>1 170,95</b>	<b>-6 642,92</b>	<b>478,67</b>

Origem dos fundos	2019		2020		2021	
União Europeia	0,00	0,00%	0,00	0,00%	7 076,80	3,18%
Estado Português	122 588,36	62,59%	232 432,80	82,73%	146 810,07	65,90%
Sector Privado	0,00	0,00%	6 318,61	2,25%	24 090,00	10,81%
Quotas e Donativos	32 407,69	16,55%	8 652,92	3,08%	9 832,91	4,41%
Prestação de Serviços	161,10	0,08%	4 608,40	1,64%	0,00	0,00%
Comercio Justo (Loja e PJ)	40 699,90	20,78%	28 942,18	10,30%	34 971,13	15,70%
	<b>195 857,05</b>	<b>100,00%</b>	<b>280 954,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>222 780,91</b>	<b>100,00%</b>

O resultado ligeiramente positivo de 2021 espelha a recuperação parcial da Atividade Geradora de Rendimentos de que já falámos no início do relatório, dentro do que havia sido proposto em sede de orçamento para o ano. Quando olhamos para a origem dos fundos mobilizados em 2021 verificamos a presença de 2 elementos pouco habituais: um financiamento Europeu, ligado ao processo de *sub-granting* promovido pela PPONGD, e um valor relevante com origem no financiamento privado, que está associado à apresentação de propostas de financiamento junto de 2 Fundações, em parceria com os coletivos que acolhemos no CIDAC. Ao olharmos para os dados relativos aos 3 últimos anos, vemos que se mantém muito presente o peso do financiamento do Estado português, associado a projetos.

## **PROJETOS EM CURSO EM 2021**

Algumas das atividades realizadas em 2021 encontraram o seu suporte nos seguintes projetos em curso:

- **A escola, ser vivo dentro de um ecossistema: da alimentação à utilização dos recursos naturais**, em parceria com a Fundação Gonçalo da Silveira e co-financiado pelo Camões - Instituto da Cooperação e Língua (maio 2018 - junho 2021).
- **Jovens Embaixadores do Comércio Justo**, alargando horizontes, em parceria com as escolas secundárias José Gomes Ferreira (Lisboa, Benfica); da Amora (Seixal) e Fernão Mendes Pinto (Pragal, Almada), e cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (junho 2019 - julho 2022).
- **Reforçar as OSC em Timor-Leste através da Economia Social Solidária**, em parceria com o FONGTIL e cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (dezembro 2019 - junho 2023).
- **O Referencial de ED na prática: problemáticas e recomendações para a formação inicial e contínua de professores/as**, em parceria com a Fundação Gonçalo da Silveira e financiado pelo Camões - Instituto da Cooperação e Língua (janeiro 2021 - dezembro 2022)
- **Consumo 100% local! Reforçar a ligação campo-cidade em resposta a crise do COVID 19**, em parceria com PARCIC e financiado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (agosto 2020 - setembro 2021)